

A 18 CidadesGAZETA DE ALAGOAS, 05 de março de 2016, **Sábado****PAJUÇARA.** Resolução do Conselho Estadual de Proteção Ambiental proíbe pesca de rede em enseada

Proibição deve proteger espécies

Estudos desenvolvidos pelo IMA comprovam a destruição de algas, pequenos peixes, crustáceos, moluscos, estrelas e ouriços

BLEINE OLIVEIRA
REPÓRTER

Uma resolução aprovada pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam/AL) proíbe a pesca de rede, o chamado arrastão, no trecho de praia entre o antigo Alagoinhas, na Pajuçara, e o Porto de Maceió, no bairro de Jaraguá. Ontem, ao confirmar a medida, o coordenador de gerenciamento costeiro do Instituto do Meio Ambiente (IMA), biólogo Ricardo César Oliveira, explicou que o objetivo é impedir a pesca predatória, que vem destruindo algas, pequenos peixes, crustáceos (siris e camarões), moluscos, estrelas e ouriços, naquela área.

Ele revelou ainda que, havendo necessidade, a proibição pode se estender a outros trechos do litoral de Maceió. Segundo Ricardo César, a pesca de linha não está incluída na resolução do Cepam. O biólogo explica que a destruição das espécies foi com-

provada em estudos que o IMA desenvolve há cerca de 10 anos, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

“O tipo de pesca que estamos proibindo vinha provocando impacto significativo naquela região, um importante banco de reprodução de várias espécies. Observamos que quem fazia só se aproveitava de 10% do que era arrastado pela rede. O restante eram espécies bem jovens que, fora de seu ambiente, morriam”, explica o coordenador. Com a proibição, esses organismos, inclusive espécies ameaçadas, estarão protegidos, depois de décadas de ação predatória.

São 671 hectares da enseada da Pajuçara, onde a pesca de arrasto está proibida. O biólogo Ricardo César alerta que o instituto, com apoio do Batalhão Ambiental, unidade da Polícia Militar de Alagoas (PMAL), vai fiscalizar a área estabelecida pela Resolução 05/2016. Para o

coordenador de gerenciamento costeiro do IMA, a medida não atinge pescadores profissionais, cadastrados na colônia daquela zona costeira.

Os que praticam a ação danosa são ‘amadores’, que podem ser penalizados com a apreensão de

rede e outros equipamentos, além de estarem sujeitos aos dispositivos da legislação ambiental vigente. Segundo Ricardo César, o IMA, a Ufal e os demais órgãos envolvidos nos estudos para preservação do meio ambiente costeiro estão atentos e trabalhando

para criar outras áreas de preservação, a exemplo da Piscina do Amor, também na Pajuçara, onde mais de 40 hectares do litoral foram transformados em zona de exclusão.

Estão envolvidos na ação o Instituto Chico Mendes de Conservação

da Biodiversidade (ICM-Bio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama/AL), a Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (Sempma), a Capitania dos Portos e a Colônia de Pescadores de Jaraguá. ●



A pesca de arrasto está proibida em 671 hectares da enseada da Pajuçara; medida não atinge pescadores profissionais, cadastrados na colônia daquela zona costeira



Manuella A. Novassari

Assinatura do Autor